



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Órgão do Partido
Operário Revolucionário

☎ (11) 95446-2020

Nº 24 - 18/07/2025



17ª Plenária Estadual da CUT

Posição da Corrente Proletária/ Partido Operário Revolucionário

Aos delegados,

O movimento operário e dos demais trabalhadores está diante da agudização da crise econômica e política mundial, que vem arrastando o Brasil e que exige uma resposta do ponto de vista de classe. Do ponto de vista de classe porque não pode se confundir com os interesses dos capitalistas e com as ações governamentais. A CUT, as demais centrais e os sindicatos não têm cumprido o objetivo de organizar os explorados no campo da independência de classe, para defenderem um programa próprio contraposto às tendências desintegradoras do capitalismo e às brutais consequências que recaem sobre o proletariado e a maioria oprimida.

Os trabalhadores vêm suportando um acúmulo de ataques da burguesia às suas condições de trabalho e de existência. Um conjunto de direitos elementares tem sido arrancado por medidas antioperárias e antipopulares decididas e decretadas pelo governo e pelo Congresso Nacional. Essa mesma linha é aplicada pelos governos estaduais e municipais.

Em pouco menos de uma década, o poder econômico e político da classe capitalista impôs duas contrarreformas abrangentes e várias leis que dão aos exploradores o direito de aumentar a taxa de superexploração do trabalho e precarizar ao máximo as relações trabalhistas. Os governos Temer e Bolsonaro, que emergiram nos marcos do golpe de Estado de 2016, ditaram as reformas trabalhista e previdenciária, bem como leis que amparam a terceirização e a informalidade. Dificultaram as condições para a aposentadoria e pioraram a situação dos milhões de aposentados. Nesse terreno, os governos passaram à ofensiva contra o funcionalismo público, que não faz parte da oligarquia estatal, encastelada nos poderes do Estado.

A burguesia, principalmente o grande capital, tem se protegido das contradições do capitalismo mundial e nacional às custas de liquidação de antigas conquistas da classe operária. Certamente, esse percurso faz parte das leis de funcionamento do capitalismo e de suas tendências desintegradoras. Qualquer governo de plantão, de uma forma ou de outra, em maior ou menor grau, acaba por descarregar a crise sobre a maioria oprimida.

O problema está, portanto, na capacidade de a classe operária enfrentar os exploradores e seus governos com seu programa, reivindicação, organização e método próprio de luta. Revolta e disposição de luta existem e estão presentes nos locais de trabalho, inclusive nos bairros pobres. Os trabalhadores não aceitam a terceirização e a informalidade. Querem a volta dos empregos diretos e almejam a estabilidade no trabalho. Todos assalariados querem a redução da jornada de trabalho, sem redução do salário. Reclamam do miserável salário mínimo. Que-

rem a volta da aposentadoria por tempo de serviço e de acordo com as condições de trabalho.

Os dirigentes sindicais sabem perfeitamente que estão assentados sobre uma revolta latente. Eis por que elevam a burocratização dos sindicatos e eliminam a democracia sindical. Em grande medida, aboliram as assembleias, limitaram as campanhas salariais, anularam os congressos de base e subordinaram a vida sindical às eleições e às disputas interburguesas. Houve uma verdadeira privatização dos sindicatos, tornando-os correias de transmissão desta ou daquela política promovida no interior do Estado burguês. O divisionismo sindical se ampliou a ponto de a burocracia constituir várias centrais. Com a terceirização, ampliou-se a fragmentação sindical e com ela agravou a burocratização dos aparatos.

Há uma clara ligação entre o predomínio do autoritarismo burocrático nos sindicatos e um profundo retrocesso do movimento operário. Vimos que Temer e Bolsonaro tiveram as mãos livres para arrancar da CLT e da Previdência Social antigos direitos admitidos no passado pela própria burguesia e governantes. As centrais e sindicatos, quando muito espernearam, mas se adaptaram às contrarreformas. Na pandemia, auxiliaram o patronato a avançar a implantação da flexibilização capitalista do trabalho.

A volta de Lula à Presidência da República não levou o PT e os dirigentes sindicais a mobilizarem os trabalhadores pela revogação das contrarreformas de Temer e Bolsonaro. Lula não só as manteve como se colocou por avançar no caminho aplainado pelos dois governos anteriores. Negociou com a oligarquia partidária um acordo de transição baseado no estabelecimento do Arca-bouço Fiscal (Teto de Gastos). O que implicou garantir o pagamento da dívida pública e sustentar o crescente parasitismo do capital financeiro. E nessas condições que Lula altera os critérios de “valorização” do salário mínimo, determina cortes no orçamento dos serviços essenciais, principalmente da educação. Adaptou-se ao “orçamento secreto” do Congresso Nacional, dando-lhe uma faceta legal e permitindo a elevação dos valores das emendas parlamentares. Contribuiu para concluir a reforma tributária nos termos ditados pelas frações do grande capital. As direções burocráticas ataram-se ainda mais às divisões interburguesas e à política do governo Lula de frente ampla.

No estado de São Paulo, a ultradireita comandada por Tarcísio e Nunes impulsionaram as privatizações. As centrais sindicais ficaram de costas para a greve da Sabesp, Metrô e CPTM. Permitiram que o governador aplicasse livremente a lei antigreve. O governador e o prefeito constituíram uma frente única para avançar as privatizações, a ponto de se alastrarem para as escolas públicas. A implantação da terceirização nas escolas é parte do plano privatista. Estão empenhados em desenvolver o

programa bolsonarista das escolas cívico-militares. É sintomático o fortalecimento do Estado policial. A matança promovida pela polícia nas favelas e bairros miseráveis combina com a violenta repressão aos moradores de rua. O estado mais rico do país ostenta, assim, o mais alto grau de barbárie social. Isso por que reúne as contradições mais profundas do capitalismo em decomposição e apodrecimento da política de dominação burguesa. Há que se considerar que essa situação teve como antecedente o fracasso das tentativas reformistas lideradas pelo PT. As direções sindicais no estado de São Paulo foram naturalizando a barbárie.

No exato momento em que a CUT realiza a 17ª Plenária, o país se encontra estremecido pelo conflito entre o governo federal e o Congresso Nacional em torno ao Arcabouço Fiscal, o déficit orçamentário e a gigantesca dívida pública. A derrubada do decreto presidencial que estabelecia a elevação do Imposto de Operações Financeiras (IOF) colocou o governo Lula contra a parede. A fração direitista e ultradireitista da política burguesa exige medidas que ampliam as contrarreformas. Lula e seu governo de frente ampla acobertam sua diretriz pró-grande capital com a máscara da reversão do imposto regressivo para progressivo. As leis econômicas do capitalismo, expressas na economia atrasada e semicolonial, resultam em crescente concentração de riqueza em mãos da minoria burguesa e expansão da pobreza e miséria entre a maioria explorada. A crise do IOF oculta aos olhos dos trabalhadores as relações econômicas estruturais que mantêm milhões sobrevivendo na pobreza e miséria. As direções sindicais se alinham por detrás do embate sobre a taxação do IOF, mantendo à margem o programa próprio de reivindicações da classe operária e dos demais trabalhadores.

Nem bem Lula, Congresso Nacional e o STF caminhavam para diminuir a polarização política, Trump enviou uma bomba dos Estados Unidos contida em uma carta ao governo brasileiro. Decretou uma tarifa de 50%, condicionada à exigência do STF interromper o processo de condenação de Bolsonaro e revogar as medidas de regulação das redes sociais. A família Bolsonaro e seus sequazes da ultradireita recorreram a Trump para que criasse as condições políticas em direção a uma “anistia ampla e restrita” aos golpistas de 8 de janeiro de 2023. O imperialismo se valeu desse fato para atacar o STF e, em particular, o ministro Alexandre de Moraes.

Em torno ao processo contra Bolsonaro e a acusação de Trump de se praticar uma “caça às bruxas” se montou um circo. A ultradireita ficou visivelmente exposta como agente do imperialismo norte-americano. A direita volta às eleições presidenciais de 2026 vestiu a máscara da soberania nacional e da unidade entre governantes e empresários para negociar uma solução com Trump. Nisso se resume a bandeira petista e aliados de “unidade nacional”. Em particular, o PSOL ilude a si próprio com a bandeira do “patriotismo”. O fato é que os Estados Unidos, sob a direção de Trump, incorporou o Brasil como um importante ponto de apoio em sua guerra comercial dirigida principalmente contra a China. Ou a burguesia brasileira força o Estado e seus governantes a se alinharem com o imperialismo norte-americano, ou enfrentarão as consequências da guerra econômica e da escalada bélica mundiais. Esse é o curso traçado desde Washington.

Está comprovado historicamente que a burguesia brasileira é incapaz de impor às forças do imperialismo a soberania nacional. Não será agora, sob o governo de frente ampla comandado por Lula, que as frações mais

poderosas da oligarquia brasileira irão se confrontar com seu amo norte-americano. E Lula não terá outro caminho a não ser o da sujeição aos interesses do grande capital. A classe burguesa do Brasil semicolonial não vacilará em colocar seus interesses acima da soberania nacional. A defesa da independência nacional passou inteiramente para as mãos da classe operária e da maioria oprimida. As direções sindicais que se sujeitam à farsa da “unidade nacional” burguesa para derrotar a ofensiva de Trump se contrapõem à organização do movimento operário independente e da unidade da maioria oprimida em uma frente única anti-imperialista.

A tarefa urgente da CUT e sindicatos é a de levantar um programa próprio da classe operária diante da crise que abala mundialmente o capitalismo, que desencadeou a guerra na Ucrânia, a intervenção militar de Israel na Faixa de Gaza e a conflagração no Oriente Médio e que vem gestando um período de guerra comercial mais amplo desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A classe operária brasileira, como parte do proletariado internacional, deve assumir uma posição distinta e oposta às posições da burguesia e seus governantes. Essa diretriz de classe é determinada pela necessidade histórica da revolução social. Um dos obstáculos para que a classe operária se organize e lute no terreno da independência política e organizativa se encontra na burocratização dos sindicatos, no divisionismo e no colaboracionismo pró-capitalista.

A Corrente Proletária/Partido Operário Revolucionário não se furtou a defender nas eleições de delegados que a 17ª Plenária da CUT expresse a independência dos trabalhadores diante da burguesia, de seu Estado e de seus governantes. Em meio a esse processo, Trump desfechou o ataque imperialista contra a soberania do Brasil. Esse fato condiciona terminantemente as discussões e resoluções da 17ª Plenária.

Colocamos para essa Plenária discutir e decidir os seguintes pontos:

- 1) combate implacável às tarifas e às demais exigências ditadas por Trump, por meio dos métodos da luta de classes;***
- 2) aprovação de um programa de reivindicações de defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas; pela derrubada das contrarreformas e dos planos de privatização;***
- 3) organização de um movimento em favor da constituição de uma frente única anti-imperialista;***
- 4) rejeição à subordinação do movimento operário, camponês e popular à estratégia burguesa de unidade nacional;***
- 5) fim da guerra na Ucrânia, sob a bandeira da unidade da classe operária para dismantlar o cerco da OTAN à Rússia e alcançar uma paz sem anexação; pelo fim do genocídio na Faixa de Gaza, direito dos palestinos à autodeterminação, unidade dos povos oprimidos contra a dominação imperialista no Oriente Médio e por República Socialista da Palestina.***

Sobre essa base, a 17ª Plenária orienta os sindicatos a realizarem reuniões nos locais de trabalho e assembleias, de forma a erguer um movimento nacional, que tenha como ponto de partida a convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestações de rua.

Leiam e divulguem o Jornal Massas. É um jornal voltado à luta pela emancipação da classe operária e demais oprimidos da exploração capitalista. É um jornal do Partido Operário Revolucionário (POR) que luta pelo fim do capitalismo e pela construção da sociedade sem exploração do homem pelo homem, uma sociedade socialista. **O POR chama os trabalhadores a darem todo apoio ao Jornal Massas!**

